1. DOCTRINA INTERNACIONAL

A PRESERVAÇÃO DO AMBIENTE ATRAVÉS DO DIREITO PENAL*

WINFRIED HASSEMER

SUMÁRIO: 1. Teses sobre o Direito Penal do Ambiente – 2. Proteção ambiental na Alemanha e seus problemas – 3. Sugestões para um Direito Ambiental “moderno”

Há vários motivos para me sentir satisfeito por estar entre vocês, neste Congresso.

Os penalistas de Frankfurt têm procurado estabelecer múltiplos contatos com pessoas de vários países do mundo. Por exemplo, mantemos diálogo com penalistas da China, Espanha, Itália e de muitos outros países, em vários continentes. Até à data, não tínhamos inaugurado quaisquer contatos científicos com Portugal. Por isso, o primeiro motivo para me sentir agora satisfeito é o fato de poder estar a contribuir para que venha a surgir, a partir deste momento, uma relação académica regular entre os penalistas de Frankfurt e os colegas portugueses.

O segundo motivo é de natureza mais pessoal, pois esta foi uma inesperada ocasião para rever esta cidade, que eu já havia visitado. Creio que já passaram mais de trinta anos desde a data em que vim à cidade do Porto. Provavelmente,

muitas das pessoas presentes nesta sala ainda não teriam sequer nascido. Devo dizer-lhes que a cidade já não me parece a mesma. A recordação que guardo do clima também não corresponde àquele que vim agora encontrar aqui, talvez porque tenha visitado o Porto noutra altura do ano. Seguro mesmo é que o seu aspecto mudou muito desde então.

Outra observação preliminar gostaria ainda de fazer. Como os senhores já tiveram ocasião de verificar, não sou versado na língua portuguesa. Ciente desse óbice, a organização do encontro foi impecável e tomou todas as providências para tornar a minha palestra acessível a todos os presentes. Assim, a Dra. Branca Martins da Cruz encarregou-se de seqüestrar o Sr. Carlos Vasconcelos, praticamente no ar. O Sr. Vasconcelos aprestava-se para regressar ao Brasil, a partir da Alemanha, designadamente de Frankfurt. Anteriormente, tivemos ensejo de trabalhar, conjuntamente, em vários projetos de investigação científica. Todavia, esta é a primeira vez, aqui no Porto, em que vamos empareceir numa nova distribuição de tarefas, na qual lhe caberá fazer com que o meu discurso se torne compreensível.

Na Alemanha, há um ditado popular que diz que “o cão morde o último”.

(*) Texto baseado na conferência proferida pelo Autor, em 25.11.1995, na Universidade Lusitana-Porto, no âmbito do I Congresso Internacional de direito do ambiente, com tradução simultânea do alemão por Carlos Eduardo Vasconcelos, adaptada para publicação por Paulo de Sousa Mendes.

O último conferencista de hoje é Paulo Mendes. A fim de que não venha a ser mordido pelo cão, vou tentar ser bastante sucinto na minha intervenção.

É minha intenção divulgar aqui sobretudo resultados, com algum prejuízo dos fundamentos em que se basearam. Caso as minhas palavras venham a suscitar dúvidas nos presentes sobre os fundamentos implícitos nas minhas propostas, vocês talvez queiram vir a apresentá-las no período final da sessão, reservado para o debate de idéias. Essa será também a ocasião indicada para eu lhes tentar dar uma resposta.

Dividirei a minha apresentação fundamentalmente em três partes: na primeira, gostaria de lhes fornecer as minhas teses sobre o direito penal do ambiente; na segunda, pretendo tematizar alguns tópicos sobre o estado da proteção ambiental na Alemanha e expor a minha avaliação dessa situação; finalmente, gostaria de divulgar as minhas sugestões para a construção de um direito ambiental "moderno".

1. Teses sobre o Direito Penal do Ambiente

Na Alemanha, temos discutido, desde os anos setenta, apenas uma única questão sobre o direito do ambiente. A questão é a seguinte: a contribuição do direito penal para a tutela do ambiente é positiva ou, pelo contrário, é contraproducente?

Convém que enunciemos esta mesma questão de forma mais elucidativa, reelaborando então a pergunta nestes termos: será que precisamos de dotar o direito penal do ambiente já existente de instrumentos mais severos ou será que necessitamos, em vez disso, de algo totalmente novo e diferente do direito penal do ambiente?

É minha opinião que não devemos continuar a insistir na mesma receita, ou seja, que não precisamos de *more of the same*, para utilizar uma expressão que é cara aos criminólogos ingleses. O direito penal, considerando o seu papel no tocante à política ambiental, tem-se revelado amplamente contraproducente. Se eu quisesse reformular esta mesma idéia de maneira ainda mais radical, então diria o seguinte: quanto mais direito penal do ambiente, menos proteção ambiental; quanto mais ampliarmos e agravarmos o direito penal do ambiente, tanto mais estaremos a dar maus passos, pois que, a persistir nessa senda, só viremos a produzir efeitos contrários aos pretendidos: ou seja, acabaremos contribuindo para uma inexorável diminuição da proteção efetiva do ambiente.

É importante frisar aqui que o problema da gravidade do dano ambiental no mundo contemporâneo transcende em muito a presente exposição. Sobre este assunto, a Dra. Anabela Rodrigues já se manifestou, e quero limitar-me a subscrever aqui tudo quanto disse.

Os atentados contra o ambiente inscrevem-se no âmbito dos dois ou três tipos de grandes ameaças surgidas nos tempos modernos. Há ameaças desmesuradas, sobretudo na Europa Central e na Europa Oriental, que preocupam, justificadamente, toda a opinião pública. Se quiséssemos obter uma noção ainda mais impressionante da dimensão assustadora dessas ameaças, bastaria então que refletíssemos nos riscos associados às grandes centrais nucleares da Rússia ou da Ucrânia ou então que pensássemos na política nuclear da Europa Ocidental, em geral.

Mas cabe aqui não só salientar a colossal dimensão das referidas ameaças, como chamar ainda a atenção para o fato de, por causa disso mesmo, se verificar, cada vez mais, uma profunda

irritação da opinião pública. Parece que as pessoas vão perdendo a confiança no próprio futuro. Esta perda gradual de otimismo, esta falta de confiança no futuro é, efetivamente, muito preocupante. E o direito ambiental, como é evidente, acaba também por ser afetado por este fenômeno, ficando assim comprometida a sua função de garantia efetiva do futuro.

A minha oposição ao direito penal do ambiente, é bom que fique aqui registrado, não pode ser confundida com qualquer menosprezo pelo ambiente ou pela ecologia, muito pelo contrário.

2. Proteção ambiental na Alemanha e seus problemas

Até os anos setenta, qual era a situação vivida na Alemanha, no tocante aos problemas ambientais?

Nesse período, podíamos identificar três domínios do direito penal com relevância para a questão ambiental.

Em primeiro lugar, tínhamos assegurada a tutela dos bens jurídicos clássicos. Afinal, bens jurídicos tais como a vida, a integridade física, a saúde ou o patrimônio também podem ser lesados por via de atentados contra o ambiente. Nesse caso, as incriminações do homicídio, das ofensas à integridade física ou do dano são chamadas a cumprir a sua natural função.

Em segundo lugar, tínhamos os crimes de perigo comum. Disso são exemplos a incriminação da liberação de energia nuclear ou a incriminação da criação de perigo de explosão nuclear. Trata-se aqui de crimes contra bens jurídicos universais, cuja previsão já então se integrava no nosso Código Penal, o StGB (*Strafgesetzbuch*).

Em terceiro lugar, tínhamos o chamado direito penal secundário ou direito penal de legislação extravagante. Esta

legislação penal extravagante era constituída, basicamente, por normas preventivo-ordenadoras da Administração, mas guarnecidas por sanções penais. Podemos encontrar exemplos deste tipo em legislação sobre o aproveitamento de recursos hídricos, sobre a eliminação de lixos, sobre a própria energia nuclear ou sobre o controle de riscos de epidemia e contaminação.

Nestes três domínios, o direito penal "clássico" funcionou sempre de forma assaz satisfatória.

Chegados os anos 80, verifica-se na Alemanha um esforço generalizado para se "criar" um autêntico direito penal ambiental. Nessa altura, foi acrescentado todo um novo capítulo ao próprio StGB.

De imediato, passo a informar-lhes ① quais foram as finalidades que presidiram à feitura desta nova lei, ② quais os efeitos que acabou por produzir e ③ quais as razões profundas para que só tivesse podido redundar nesses efeitos.

1. Esta nova lei foi feita com o objetivo primordial de obter a condenação de todas as normas penais relevantes para a proteção do ambiente num único diploma legal. O legislador confiava assim na viabilidade de gerar uma espécie de sinergia normativa, que concorresse para a preservação dos valores ambientais.

Ademais, a concentração de todas essas normas penais num único diploma legal também serviria para tornar a mensagem mais acessível a todos os cidadãos

Esperava-se ainda que as pessoas entendessem o significado imaneente à decisão legislativa de integrar as infrações penais ambientais no próprio âmago do direito penal, que é o Código Penal. Com isso, perseguia-se um intuito de pedagogia social.

Todavia, seria incorreto pensar que, com esta reforma, o legislador apenas cuidou de consolidar legislação penal avulsa preexistente. Ele muito mais longe: agravou as sanções penais cominadas para múltiplas infrações e também instituiu infrações totalmente novas. Operou-se assim uma autêntica expansão do próprio direito penal.

2. Quais foram então as conseqüências trazidas por esta reforma legislativa?

Se quisermos encontrar um denominador comum a todas estas novas normas de direito penal ambiental, então assenta-lhes como uma lufa a expressão "deficit de execução". Ninguém discute se existe um tal "deficit de execução", porque é evidente que existe. Apenas se pergunta o que se pode fazer para superá-lo.

Cabe aqui esclarecer aquilo que se quer significar, quando se faz referência ao "deficit de execução".

Em primeiro lugar, isso quer dizer que há cifras negras colossais no domínio do direito penal do ambiente. Em muitos aspectos, as cifras negras ultrapassam os 95%.

Em segundo lugar, as cifras negras não só são descomidas, como também são seletivas: nunca são castigados os grandes poluidores, mas apenas os pequenos.

Em terceiro lugar, as instâncias formais de controle incumbidas da aplicação da lei também contribuem para a falência da persecução penal, dadas as dificuldades inerentes à estrutura do próprio processo penal. Com efeito, estes casos são complicados demais para a justiça criminal. É por isso que se manifesta uma natural tendência para se preferir pôr termo ao processo logo na fase preparatória que é a fase de inquérito (*Ermittlungsverfahren*), da competência do Ministério Público.

A cresce que, no direito processual penal alemão, temos um problema muito grave, que é a possibilidade de acordo, segundo o modelo do *plea bargaining* anglo-saxônico. Ora, se já se verificava um tremendo insucesso na repressão penal dos atentados contra o ambiente, tão-somente pelas razões anteriormente referidas, tudo acaba então por se derribar, sobretudo quando sabemos que os referidos acordos ocorrem, com particular incidência, no domínio do direito penal do ambiente.

Tudo visto e somado, quase nenhuma são as penas efetivamente aplicadas, quando finalmente se chega a elas. E as penas aplicadas são irrisórias. Eu tentaria explicar este fenômeno do caráter irrisório das penas concretamente aplicadas com base na minha intuição de que os juizes talvez hesitem na aplicação de penas severas, porque pensam e sabem que pouquíssimos são aqueles que lhes são trazidos para serem julgados. E pensam e sabem que esses poucos, a quem eles têm a possibilidade de aplicar uma qualquer pena, são também os menos indicados para personificarem a realidade dos atentados contra o ambiente.

3. Se o "deficit de execução" é sintoma do mal de que padece o direito penal ambiental, gostaria agora de diagnosticar a própria doença. Com isto, vou entrar no cerne de uma questão que, atualmente, provoca graves divergências entre penalistas, na Alemanha.

É minha opinião, compartilhada com alguns outros autores, tais como Muñoz Conde, aqui presente, que o direito penal não é instrumento adequado para lidar com este tipo de problemas.

O direito ambiental visa à prevenção, enquanto o direito penal, por seu turno, não só não atua preventivamente, como também, quando se lhe exige que atue

dessa forma, nada mais consegue do que resultados sofríveis.

Por outro lado, no direito ambiental trata-se de responsabilidades coletivas, pois que os agentes atuam em conjunto e no quadro de organizações complexas. Já no direito penal, toda a imputação de responsabilidades é rigorosamente individual. Em direito penal, ninguém pode ser punido apenas com base na sua integração num todo, ficando por definir os contornos exatos da respectiva atuação.

Ora, se quisermos que o direito ambiental seja verdadeiramente eficiente, então devemos cuidar de lhe empregar o maior número de condições de intervenção vivas e dinâmicas. Do direito penal, por sua vez, espera-se que permaneça, rigorosamente, como direito penal do fato, com conceitos claros e sólido perfil garantístico. Em suma, o direito penal não serve para resolver os problemas típicos da tutela ambiental.

Passo a mencionar as quatro razões que me levam a considerar que o direito penal não é adequado para tratar deste tipo de questões.

a) À primeira razão, seguindo a terminologia consagrada, vou chamar de *accessoriedade administrativa* (*Verwaltungsakzessorietät*). Quer isto dizer que o direito penal não intervém autonomamente, antes fica na dependência do direito administrativo. Ou seja, a entidade que controla o respeito pelas fronteiras do direito penal deixou de ser o juiz para passar a ser a Administração. O direito penal transformou-se, por esta via, num instrumento auxiliar da administração, passando a depender, para a demarcação das respectivas fronteiras, da intervenção da Administração.

Estou persuadido de que a *accessoriedade administrativa* é absolutamente necessária para a configuração de qualquer direito ambiental que se preze. Na

parte que diz respeito ao direito penal do ambiente, é forçoso, por muitas voltas que tentemos dar à questão, que acabemos por reconhecer que o juiz penal nunca teria condições para, nos casos concretos, definir o fato lesivo do ambiente, só com base na lei penal.

Mas não basta aqui invocar as múltiplas dificuldades conexas com a avaliação dos atentados contra o ambiente, designadamente do gênero agora mesmo referido, para justificar, com argumentos fatalistas, a *accessoriedade administrativa*. Também há aspectos vantajosos a considerar na *accessoriedade administrativa*. Nomeadamente, é só assim que se consegue corresponder à legítima expectativa dos destinatários das normas ambientais em poderem contar com alguma certeza, pois se lhes informa, antecipadamente, aquilo que podem e aquilo que não podem fazer, com toda a exatidão.

Por exemplo, é necessário estabelecer limites para o lançamento diário de efluentes industriais nas águas do Reno. É evidente que o juiz penal nunca estaria em condições de decidir sozinho se faz ou não faz sentido considerar como poluição cada ocorrência de descarga de águas impuras no rio. Temos de convir que, antes de se poder julgar cada caso concreto, é necessário que a Administração, seguindo uma estratégia global de preservação do ambiente, tenha fixado os limites para a poluição admissível, designadamente de molde a que se possa dizer se determinado estabelecimento industrial ultrapassou os níveis de poluição que lhe foram consentidos, em razão da sua atividade.

Sobre este ponto, existe amplo consenso entre os juristas ambientalistas alemães. As divergências só surgem quando são confrontados com a pergunta: quais são os problemas que a *accessoriedade administrativa* traz para o direito penal?

Na minha maneira de ver, a acessoriedade administrativa faz com que o ilícito penal deixe de ser visível. Na prática, a matéria da ilicitude penal passa a ser objeto de negociação direta entre a Administração e o potencial infrator. Com isto, o direito penal perde credibilidade para a generalidade dos cidadãos.

b) A segunda razão diz respeito à *imputação da responsabilidade criminal*. É meu parecer que, enquanto o direito penal continuar a incluir a privação da liberdade no respectivo rol de sanções, não podemos abrir mão de critérios estritos de imputação de responsabilidades individuais. Medidas de coação como a prisão preventiva ou sanções como a pena de prisão não são admissíveis apenas com base na apuração de responsabilidades coletivas, ficando na penumbra o exato alcance das responsabilidades individuais. De uma vez por todas, deveríamos nos convencer de que a imputação de responsabilidades individuais é imprescindível no direito penal e qualquer concessão a esse respeito inaceitável. Todavia, temos de convir que é praticamente impossível para o julgador, no domínio do direito penal do ambiente, chegar à determinação de responsabilidades individuais efetivas.

Com efeito, estamos num domínio em que a prática de infrações aparece como produto final de uma conjugação de vontades extremamente complexa, intervindo aqui toda uma série de variáveis técnicas, que têm de ser consideradas. É por isso mesmo que as responsabilidades são quase sempre coletivas. Na prática, são responsabilidades de todo o conselho de administração de uma sociedade comercial ou de toda a direção de um estabelecimento industrial.

Por outro lado, precisamos um terreno amplo de situações indefinidas. Por

exemplo, torna-se muito problemático formular juízos sobre se a responsabilidade pelo fato se constituiu por ação ou por omissão, acabando por acontecer, na maior parte dos casos, que não se consegue determinar qual destas modalidades de produção do fato é que teve realmente lugar.

Posso dizer-lhes que, tanto quanto conheço da praxis do direito penal alemão, as conseqüências decorrentes de tamanhas dificuldades são, como seria de prever, desalentadoras. Designadamente, pouquíssimos são os responsáveis dentro de um vasto grupo de pessoas com responsabilidades difusas. A tendência geral é para se acabar por selecionar apenas duas ou três delas, de forma quase aleatória, para as fazer pagar por todas. Com isto, ilude-se toda a tradição da dogmática da participação rigorosa, baseada na delimitação rigorosa das contribuições individuais para a prática do ato ilícito. No afã de tudo querer simplificar, em nome da eficácia da persecução penal, é a própria dignidade do direito penal que é sacrificada.

c) A terceira razão explicativa da falência do direito penal do ambiente tem a ver com o reconhecimento de que *os fins das penas não são aqui atingíveis*.

Por um lado, a ressocialização do infrator não é necessária. Por outro lado, a prevenção geral positiva (ou prevenção geral de integração) não funciona, devido às colossais cifras negras.

Sendo aplicadas penas de multa, quem acaba por pagar a multa nunca é o infrator, mas a empresa. As penas privativas de liberdade são aplicadas à razão de uma para mil casos possíveis.

A prevenção geral positiva é ilusória. De fato, a generalidade dos cidadãos já se apercebeu de que o direito penal do ambiente é totalmente ineficaz. Os ju-

nais fazem eco da descrença geral no direito penal do ambiente, com notícias diárias, nas quais a moral da história é sempre a conclusão de que os verdadeiros poluidores do meio ambiente nunca são castigados.

O direito penal reage contra este estado de coisas, tornando-se cada vez mais severo. Sirva de ilustração a última reforma do direito penal, na Alemanha, datada de finais de 1994. Esta reforma agravou o direito penal do ambiente, mais uma vez.

Mas os problemas também se tornam cada vez mais graves.

d) Em minha opinião, estamos perante um direito penal simbólico. O direito penal simbólico é identificável através de duas características: por um lado, não serve para a proteção efetiva de bens jurídicos; por outro lado, obedece a propósitos de pura jactância da classe política.

Esta suposta forma de garantir a proteção do ambiente, para além de custar pouco dinheiro ao Estado, apresenta ainda a vantagem de servir para acalmar contestações políticas. Com efeito, é assim que a classe política pode proclamar à opinião pública que está atenta aos problemas do mundo moderno e, mais ainda, que até se compromete com a tomada de medidas drásticas para os resolver. Por outro lado, enquanto se quer fazer com que os cidadãos acreditem num direito penal do ambiente pronto para realizar milagres, espera-se também que outras preocupações, tais como o preço da gasolina, se lhes desvançam da idéia.

Tudo isto denuncia o carácter simbólico do direito penal do ambiente, cujo verdadeiro préstimo redunda em desobrigar os poderes públicos de perseguirem uma política de proteção do ambiente efetiva.

3. Sugestões para um Direito Ambiental "moderno"

Gostaria agora de tecer algumas considerações sobre aquilo que julgo que poderia ser um direito ambiental bem construído.

Para começar, precisamos de libertar o direito penal de tarefas preventivas, para as quais não está vocacionado. Mais concretamente, devemos extirpar do direito penal tudo aquilo que só possa ser conseguido com apelo para a acessoriedade administrativa.

Só devemos consentir que permaneçam com relevo penal aqueles fatos cuja ilicitude não dependa de configurações extrapenais, ademais variáveis. Assim sendo, é indiscutível que o direito penal deve continuar a garantir a tutela dos bens jurídicos clássicos, cuja integridade é também alvo de ameaça por força dos atentados contra o meio ambiente. Por outro lado, também nada se deve opor à manutenção dos crimes de perigo comum. Talvez se possa acrescentar algo mais a este catálogo, mas nada de muito significativo.

Extramuros do direito penal deve, contudo, ficar uma parte muito substancial dos atentados correntes contra o meio ambiente. Para abreviar este tipo particular de problemas, tenho sugerido a criação de um novo ramo de direito. Para o efeito, escolhi a designação de direito de intervenção (*Interventionsrecht*), mas poderemos designá-lo da forma que mais nos aprouver.

Este novo ramo de direito deveria condensar os seguintes elementos:

- a) Direito penal;
- b) Fatos ilícitos civis;
- c) Contravenções (*Überschreitungen*);
- d) Direito de polícia (*Polizeirecht*);
- e) Direito fiscal;

- f) Medidas de matiz econômico e financeiro;
- g) Planejamento do território;
- h) Proteção da natureza;
- i) Direito municipal (*Kommunalrecht*);

Em suma, este novo ramo de direito deveria reunir, em si mesmo, todas as franjas dos outros ramos de direito que têm relação direta com o chamado direito ambiental.

Não posso terminar a minha comunicação sem indicar as *principais características deste novo direito de intervenção*. Em especial, quero indicar as seguintes seis características:

1. O direito de intervenção deverá ser concebido de molde a poder *atuar previamente* à consumação de riscos. Ou seja, deverá ser pensado como um *direito de caráter preventivo*, ao contrário do direito penal, que é direito repressivo.

Por exemplo, há de nínios da atividade econômica nos quais é de regra lidar-se com determinados produtos perigosos ou nocivos. Pensando nestes casos, deveria ser instituída a obrigação de comunicação do fato às autoridades competentes e as autoridades administrativas deveriam ser dotadas de meios para realizarem a fiscalização efetiva da execução dos programas de gestão ambiental das empresas.

2. O direito de intervenção deverá poder *dispensar os mecanismos de imputação individual* de responsabilidades. Isto significa que a imputação de *responsabilidades coletivas* deverá ser admitida, contanto que as penas privativas de liberdade não venham a integrar o rol das sanções aplicáveis.

3. Este novo ramo de direito deverá dispor de um catálogo de *sanções rigorosas*. Designadamente, deverá poder

decretar a dissolução de entes coletivos, encerrar as empresas poluidoras, suspender as respectivas atividades ou setores de atividade, entre outras medidas.

4. O direito de intervenção deverá estar preparado para *atuar globalmente*, e não apenas estar destinado a resolver os casos isolados.

Já sabemos que o direito penal, por sua própria natureza, se fixa nos casos concretos, não permitindo que se adquira uma leitura contextualizada dos problemas. Ora, a questão ambiental é um problema global. É global não apenas no sentido de se revestir de enorme complexidade, mas também no sentido de possuir uma dimensão mundial, que justifica que também deva ser tratada ao nível das instâncias internacionais.

5. O quinto aspecto, que merece especial referência, consiste no reconhecimento de que o *direito penal ainda deverá jogar um papel* neste novo contexto. Todavia, para o direito penal ainda deverá ficar reservada apenas uma função ancilar, de *caráter flanqueador*, destinada a dar cobertura a determinadas medidas de proteção ambiental. Mas esta função não pode ser confundida com aquela outra função de proteção de bens jurídicos, porque agora se trata apenas de garantir o cumprimento dos deveres impostos pela Administração.

Por exemplo, deveria tornar-se punível a omissão do dever de comunicação às autoridades competentes, por parte de uma empresa, do fato de laborar com produtos perigosos ou nocivos.

6. Finalmente, o direito de intervenção deverá prever soluções inovadoras, que garantam a *obrigação de minimizar os danos*.

Por exemplo, deverá ser exigida a constituição de fundos de indenização coletivos, por parte de quem lidar com

produtos perigosos. Não parece que seja exagerado impor às empresas industriais, em matéria ambiental, que consigam soluções mutualistas por ramo de indústria, facultando os capitais necessários à constituição de fundos de indenização coletivos, de molde a ficarem efetivamente precavidas da eventualidade da produção de danos ambientais e a garantirem assim a reparação dos mesmos.

A terminar, mais uma observação, que encerra também o reconhecimento de uma grande dificuldade. Convenhamos que não podemos só preocupar-nos com a vertente substantiva do direito de intervenção. Este novo ramo de direito carece também de uma vertente processual compatível com as exigências do Estado de Direito. Todavia, não cabe aqui e agora pensar nos seus aspectos processuais.

Eis que chego ao final da minha intervenção, não sem lhes confessar que os piores conferencistas são mesmo aqueles que têm o desplante de anunciar, logo de início, que pretendem ser sucintos. Mas peço-lhes que condescendam em refletir nas minhas palavras por mais alguns momentos. Gostaria de *terminar com mais três considerações*.

Em *primeiro* lugar, precisamos abandonar o mau hábito de consentir na chamada externalização dos custos da poluição. Temos de conseguir que os custos da proteção ambiental passem a ser incluídos no próprio produto. A destruição das condições naturais da vida tem de passar a custar caro para quem a provocar. Creio que o mercado pode desempenhar um papel de relevo na consecução deste desiderato.

Em *segundo* lugar, precisamos reordenar toda a política fiscal para a proteção do ambiente.

Em *terceiro* lugar, temos de fazer com que a Administração, em matéria ambiental, se torne absolutamente transparente. Precisamos descobrir formas pelas quais pelo menos as populações afetadas pela deterioração das condições naturais da vida possam participar da discussão dos problemas e na elaboração de programas de ação. É necessário garantir o direito à informação também no domínio ambiental. Se porventura essa transparência vier a ser assegurada, então a ação popular ganharia sentido.

Temos de convir que, para conseguir tudo isto, não podemos contar com o direito penal.